

## EDITORIAL

### O normal e o patológico

BRACINHA VIEIRA\*

Professor na Faculdade de Medicina e na Universidade Nova

Ao empreender um estudo comparativo de inúmeros mitos e religiões, Mircea Eliade concluiu que cada cultura instaura um eixo orientador das suas crenças e garante dos seus valores, que esse eixo ideal deve materializar-se (enquanto árvore, liana, pilar, escada, etc.), e marca o umbigo, o centro do cosmos<sup>1</sup>. O *axis mundi* desenha uma linha vertical que sobe às alturas mais elevadas do céu e desce às profundidades mais inacessíveis da terra e assegura a unidade de todos os elementos cósmicos ou, em termos literários, a coesão da Máquina do mundo, afirmando-a e centrando-a no meio do espaço habitado.

Esse ponto, esse *omphalos* ou umbigo da Coisa, era representado materialmente pelos Gregos dos séculos arcaicos e clássicos. Alguns situavam-no na ilha de Delos, onde nasceu Apolo; outros supunham-no situado em Delfos, onde o podemos ver ainda, no lugar em que Apolo matou a serpente Píton, roubando-lhe os dons divinatórios. Em redor do *omphalos*, sítio em que o eixo do mundo interceita a terra, constrói-se um cosmos, uma parcela organizada de espaço e tempo subtraída ao caos pelo poder edificador da cultura.

Toda a distinção entre pertença e não-pertença, entre nós e eles, normal e não normal, se estabelece em referência a esta cosmização do espaço (assinalada pela fronteira) e do tempo (atribuída pelo calendário), em desafio às forças desagregadoras do caos, que, para os Gregos Antigos, era um deus poderoso – talvez o mais poderoso, ao qual tudo voltava – cujo nome se escrevia com maiúscula e cuja presença devia ser tão venerada quanto as de Zeus e das Moiras, divindades do destino.

Se um cidadão da *polis* partisse em viagem, à medida que se afastasse do centro encontraria, logo depois dos *helene*, os *barbaroi*, e a seguir a estes os selvagens. Continuando o seu trajeto em direção centrífuga, passaria ao domínio dos monstros, que se tornavam eles próprios cada vez mais disformes e distantes do padrão humano. Ulisses, à medida que a frota, movida por tempestades, se afastava da Grécia, encontrou sucessivamente os Lotófagos, ainda de aparência humana, os Lestrígões, que eram gigantes antropófagos, e os Ciclopes (como o Polifemo da

*Odisseia*) que guardavam dos humanos traços básicos, mas refletiam uma teratologia da humanidade. No limite, encontravam-se as Fórquias, monstros desconjuntos que partilhavam um olho único.

Assim, entre o *axis mundi* e o caos, a normalidade exemplar do centro ia-se diluindo e fragmentando, e ao longo desse itinerário os habitantes da terra desnaturavam-se e desumanizavam-se – e não esqueçamos que o sofista Protágoras, fundador tutelar da antropologia, declarara «o homem como medida de todas as coisas». Os monstros extremos indicavam um domínio ameaçador, espaço no qual a intrusão significava transgressão e risco. No limite, o explorador grego decidido a desafiar toda a prudência e ir além de todas as esferas encontraria o caos, soçobrando no abismo.

Todo este itinerário forma um gradiente e, se ao longo do percurso o padrão normal se identifica com as normas do grupo, o não normal toma configurações diversas e cada vez mais assustadoras. Ora, o que se passa com a aparência morfológica tinha equivalente na vivência destes seres conjeturais que habitavam o imaginário dos Gregos dos grandes séculos: a enormidade, a disformidade, a fealdade relacionavam-se com os pensamentos torvos, a violência, a índole sub-humana, os impulsos animais. Em antinomia, Platão e os escultores gregos da época clássica reuniam o bom, o belo, o justo, o heroico, o digno, nos seus modelos.

Os médicos romanos reconheceram, em prol da administração eficaz da justiça, distintos grupos de anormais: os *fatui*, os *mentecapti* e os *furiosi*. Entretanto, desde Teofrasto, o sucessor de Aristóteles, a ciência do mundo ocidental distinguiu e codificou diversos tipos de caracteres humanos. Todos estes perfis de homens eram singulares, sem que fosse dito se transbordavam do normal. Foi com a Revolução Francesa e logo a seguir a ela, com Pinel, Esquirol e os seus seguidores dentro e fora de França, que a ciência moderna em construção se deu ao estranho trabalho de delimitar, caracterizar, catalogar e denominar os desvios, trabalho que não cessou até aos nossos dias, em continuidade, é certo, mas ensaiando sempre novos critérios, argumentos e métodos.

Várias escolas de psicologia patológica deram definições e traçaram os limites de muitas formas de desvio. É in-

\* Correspondência: bracinha.vieira2018@gmail.com

interessante observar que nunca foi dada uma definição de normalidade e de normal. Tanto a psiquiatria como o direito limitaram-se a caracterizar a anomalia e a transgressão, e a assinalar a linha vermelha, o limiar interdito a partir do qual o desvio do comportamento mereceria tratamento, a prescrever pelos médicos, ou sanção, a pronunciar pelos magistrados, mas sem definir os caracteres do consentido e do adequado, atentos antes à infração. O olhar do desvio é, assim, dirigido de dentro do espaço ideal da cultura para as suas margens.

Realmente, o que é anormal? Como concebê-lo? Como enfrentá-lo? O rei Édipo, quando o inquirido pela verdade que moveu impiedosamente chegou enfim a conclusões, reconheceu o seu comportamento como insustentável, insusceptível de ser visto. Por isso, procurou na cegueira uma fuga ao desastre que caíra sobre ele, e de que ele próprio fora inadvertidamente autor e vítima. Jocasta, sua mulher e sua mãe, decidida também a não ver, suicidara-se já (em *Édipo rei*, não n' *As fenícias*; isto é, em Sófocles, mas não em Eurípides) quando Creonte, o novo rei, e o coro, o povo de Tebas, indicavam a Édipo o que o deus Apolo, pela voz de Tirésias, anunciara: que não tinha salvação na cidade, e que a cidade não teria salvação na sua presença. Por isso Édipo seguiu para o exílio e, guiado pelas filhas, começou uma errância pelas terras da Grécia. O oráculo designara a transgressão; o ostracismo punia o lado anormal e monstruoso da infração.

E afinal a universalidade do mito de Édipo prova justamente a sua «normalidade», a sua pertença intrínseca ao Homem e à plena condição humana. Não tinham os deuses gregos do começo perpetrado análogos crimes, recebendo em troca, em vez de punição, o governo do mundo? O episódio da *Teogonia* que narra o nascimento dos primeiros deuses, filhos do Céu e da Terra, também eles de aspeto pouco humano, disformes e temíveis, conta como Cronos, o mais jovem, no tédio exasperado de ver repetir-se a cada crepúsculo a cena primitiva, «se tomou de ódio pelo seu pai florescente» (verso 138). E, tendo-o a mãe armado com uma serpe – «quando o grande Céu chegou com o cair da noite e envolveu a Terra, ávido de amor, [...] Cronos pegou na serpe, cortou de um só golpe os órgãos viris do pai e atirou-os ao acaso para trás de si» (versos 176-177 e 181-182)<sup>2</sup>.

De resto, além da Grécia, o mito repete-se sob variações sem limite, e vamos encontrá-lo até aos antípodas, até à Nova Zelândia, onde surge incluído na mitologia dos Maori. Porque a textura dos mitos é laminada, e formam-se versões sucessivas que se desdobram como as folhas de um livro, contando histórias diversas do mesmo tema pela recombinação inesgotável dos mitemas, que são as unidades mitopoéticas. Trabalho ao mesmo tempo repetitivo e inventivo, sobre o qual Claude Lévi-Strauss escreveu: «Se o conteúdo do mito é inteiramente contingente, como compreender que, de um extremo ao outro da Terra, os mitos se assemelhem a tal ponto?»<sup>3</sup>.

Certo é que não há uma versão mítica verdadeira: todas as versões pertencem ao mito, todas nele cabem e de todas se compõe a sua textura foliácea. Assim acontece também com o mito de Édipo, do qual Freud, segundo o grande antropólogo, representaria uma folha entre outras, uma versão integrante do mito universal, ao propor a raiz do conflito necessário para que «nasça o mito individual em que consiste uma neurose»<sup>3</sup>.

Percebemos assim que a linha de fronteira indecisa, flutuante com os tempos, lugares e latitudes, que se supõe separar o normal do patológico e dividir as águas, essa linha de giz traçada sobre o chão que pisamos, e que tem por função separar o lícito do proibido, é também mera construção social, ilusão que se move ao sabor das correntes da história, da variação prodigiosa das culturas, da deriva dos ideais, das ideologias e crenças religiosas, da volubilidade das literaturas orais, do jogo de recombinação dos mitemas.

Vejamos o caso da homossexualidade. Ao longo da minha já longa vida assisti a metamorfoses sucessivas da sua avaliação, enquadradas e como validadas pelos ideários prevaletentes: aberração, perversão, doença, inversão, desvio, e finalmente variante da sexualidade comum, aceiteada pelo espírito do tempo e dita normal. O que era tido como patologia e escândalo foi subsumido pouco a pouco ao espaço da normalidade (no hemisfério norte, ou melhor, na Europa, numa parte da Europa que foi beneficiada pelos ideais da *Aufklärung*: porque, noutras latitudes e longitudes, tiranizadas por Lestrigões e Ciclopes, um homossexual pode ser perseguido e condenado à morte, como sabemos da leitura dos jornais).

E o que pensar da absorção de tóxicos e do consumo de substâncias psicoativas? Na sociedade liberal vigente, o consumidor de tóxicos ou esconde e ilude a sua dependência ou cai no fundo da escala social. Os mesmos valores da *Aufklärung* são afinal incompatíveis com a alteração da consciência que tais substâncias provocam, com a componente «dionisiaca», a distorção da razão e do juízo crítico, a desinibição de comportamentos e o aflorar de ideias não conformes que acarretam.

Contudo, nas sociedades xamânicas – que, não esqueçamos, detinham a primeira religião da humanidade já desde a Pré-História<sup>4</sup> – o drogado em transe situa-se no zénite da sociedade, dispõe do mais alto estatuto, que decorre do seu dom, vedado aos outros, de se elevar (ou de descer) ao mundo dos deuses, de os frequentar e trocar ideias com eles, regressando ao seu grupo de pertença na posse de novos materiais mitogénicos. Ainda Lévi-Strauss: levou um dia ao seu seminário sobre «a identidade», perante os auditores estupefactos, *un faiseur de mythes*, que reviu diante deles a viagem iniciática e as suas consequências benéficas.

Vemos assim claramente como são imprecisos e indecisos os limites entre o normal e o não-normal, não só entre os Gregos e os Bárbaros, mas entre as sociedades do tempo presente, decorrendo a linha de fronteira do domí-

nio das crenças e da relatividade dos valores. E para ir às últimas consequências desta problemática e desta dúvida – quem é normal, quem é patológico – voltemos à pergunta, sempre atual e sempre em aberto, formulada por Kant: «O que é o Homem?». Por mim, confrontado com este problema e depois de ter ensinado psicopatologia e evolução humana, isto é, antropologia fenomenológica e antropologia biológica, permaneci muito tempo sem resposta fundada e convincente.

Realmente ainda não consigo definir este conceito e esta entidade singular, *o Homem*, nem com base no bipedismo, nem na existência de cultura material, nem na comprovação de conteúdos simbólicos, ou sequer a partir do desenvolvimento da linguagem verbal articulada – que, sem dúvida, evoluiu por patamares sobrepostos e foi guiada pela seleção natural, talvez a partir da evolução da utensilagem, que contém a meu ver uma função gramatical e sintática imanente<sup>5</sup>.

Tal como a transição normal/patológico, também a fronteira humano/não humano me surge brumosa e indecível, e tanto mais quanto a investigação avança em várias frentes (paleoantropologia, primatologia, genética, ecologia do comportamento, neurociências, teorias da linguagem). Assim, depois de avaliar o problema a partir de ângulos diversos, optei por uma única definição que me pareceu satisfatória, e que é uma definição pessimista: *O Homem, único primata que guia o seu comportamento pelo preconceito*. Desde que o primado do preconceito (mito, religião, ideologia, modas) se instaura, estamos no domínio do humano.

Em tempos heroicos da psiquiatria, no final dos anos 60 e início de 70, pude observar, durante o meu estágio num hospital civil psiquiátrico, os habitantes de um pavilhão asilar. Pensei primeiro – e renunciei depois – a estudá-los com metodologia etológica, que na altura me surgira como uma arma eficaz, um método original cuja origem era distinta da das ciências humanas, antes se destinando a estudar o Homem na sua matriz evolutiva. Renunciei por razões éticas, e por uma certa náusea que me tomou quando me preparava para observar alguns dos meus semelhantes em estado profundo de degradação. Nesses pavilhões amontoavam-se idiotas alálícos que não tinham nome, mas um número de código, e psicóticos deteriorados até à última dissolução da linguagem, vizinhos realmente do caos.

A partir do estudo multidisciplinar da evolução do género *Homo* e dos seus antepassados pré-humanos e não humanos (chamados hominínios), a paleoantropologia – paradigma por excelência do trabalho interdisciplinar cruzado – permite-nos avaliar em cada momento do avanço científico em que direção se abre esta provocação heurística que é a questão das fronteiras. Quem é humano? E, sendo humano, quem é normal?

Voltando à história da humanidade e ao seu domínio de excelência, que é a história das ideias, torna-se-nos claro

que há formas decisivas de experiência interior que, contribuindo para aquilo que somos, estão longe da normalidade. Pensemos em Arquimedes perante o fenómeno da impulsão, do qual explicitou a natureza; em Copérnico, ao conceber o fundamento da teoria heliocêntrica e ao inverter o raciocínio para triunfar; em Newton, ao gizar a lei geral da gravitação; e em Descartes, ao aperceber-se do valor ontológico do *cogito*. Intuímos como evidente que estes momentos fulgurantes de vivência interior, decisivos para o que viria a ser a ciência do Ocidente e a visão do universo, surgiram longe do paradigma normal.

Porventura toda e qualquer atitude filosófica, isto é, de surpresa da própria presença algures, transgride as normas do que é ser, estar e parecer normal. Esse é realmente o nosso drama no mundo, na situação desconfortável em que nos temos, julgando-nos livres e trabalhando por nos libertar, quando nascemos sem o decidir e morreremos sem o querer (ou querendo-o, mas em situação-limite de desespero).

Entretanto, há variações delirantes da existência que revelam aos sujeitos normais certas experiências e horizontes do mundo que, sem o olhar do delírio, permaneceriam encobertos. Paule Thévenin, jovem médica a quem Antonin Artaud, pouco antes de morrer, confiou o conjunto dos seus manuscritos inéditos, deixando-a cativa dessa decisão, escreveu: «A irrupção de Artaud na minha vida: encontrava-me perante um homem que me revelava um mundo crepitante de realidades inexploradas, a mil léguas do mundo trivial por onde vegetamos. Era um universo só dele, e junto dele cada segundo tomava densidade, o menor gesto adquiriria eficácia e sentido»<sup>6</sup>.

Como duvidar de que há na loucura uma dimensão mítica? Como se o mito enquanto narrativa exemplar se pudesse construir com os materiais desproporcionados e extremos do estar-no-mundo dos psicóticos. Por isso os mitos nos parecem tão familiares nos seus conteúdos e tão estranhos na sua forma. E reciprocamente: as vivências da loucura são obtidas com ingredientes muito próximos da matéria mítica, e é a intrusão no espaço da consciência desses elementos incoerentes e excessivos, em contraste com a ordenação do real pela racionalidade, que desencadeia o patológico e o traz à cena clínica, acentuando o contraste com a normalidade.

De resto, na remissão, o doente psicótico restituído a certa ponderação crítica toma consciência da condição patológica do que sofreu. E os estados de passagem podem ser vivenciados pelo eu, que os experimenta com uma tonalidade de aproximação do abismo. Assim acontece com o famoso «trema esquizofrénico», que anuncia o humor delirante difuso; com os episódios, que hoje raro se encontram, de catatonia; com a «reação catastrófica» de Goldstein, que indica a sensação de afundamento ao entrar na demência; e, no plano da fisiologia normal, com os breves estados hipnagógicos ou hipnopômnicos (Her-

mes *psicopompos* era o deus dos sonhos) que por vezes acompanham a dissolução da consciência na entrada no sono e podem conter alucinações, alterações perceptivas do corpo, do espaço e do tempo, sensação inquietante de metamorfose.

O mais singular, o mais inesperado, é que cada um de nós contém em si mesmo, na latência das suas possibilidades, a capacidade do anormal. «Qui vit sans folie n'est pas si sage qu'il croit», diz a duocentésima-nona máxima moral de La Rochefoucauld<sup>7</sup>. É como um último trunfo, perigoso, que mantemos em latência, mas no limite podemos jogar, tal como reprimimos uma ideia penosa sem chegarmos a anulá-la. Essa possibilidade ronda-nos, espreita-nos, espia-nos, inquieta-nos, e por vezes chega a seduzir-nos. Assim é a capacidade de desconfiarmos quando afinal a aparência convida à confiança; assim também a semente larvada do ciúme; e o olhar sombrio da melancolia, que contém no seu fundo a sedução do suicídio. E outras possibilidades há de convívio com o mundo e com nós mesmos que se nos apresentam como forças indesejáveis – a exaltação, o apoucamento, o êxtase, a derrelição, o ensimesmamento.

Em termos de anomalia, temos o *nosos*, o *morbus* e o *pathos*, que dão diferentes dimensões do desvio; e devemos contrapor às entidades nosológicas uma história natural e um espectro sindrómico, os síndromos, que são inespecíficos e reproduzem, como que amplificadas e deformadas, as «estruturas psicológicas básicas». Estas desenham a máscara psicológica e caracterológica de cada ser humano, os traços preponderantes da personalidade (não esquecer que *persona* significa máscara, a personagem que se representava no teatro romano) e revestem formas próprias e pregnantes de ser e estar no mundo, e de estar consigo mesmo. Definem o modo preponderante de cada um de vivenciar e agir; mostram o perfil normal daquilo que, aumentado em desproporção, conduzirá às síndromas-tipo da psicopatologia.

Na base deste conjunto de possibilidades encontram-se as «formas gerais de reação», verdadeiros átomos de resposta humana às solicitações do mundo, tais como: alegrar-se, entristecer, ansiar, obsidiar, somatizar, tomar-se de pânico, exasperar-se, desconfiar, ciumar, desesperar-se, etc., que se contam em número limitado (não mais de 30) e facultam a combinatória para toda e qualquer atitude humana expressa pelo binómio vivência-comportamento, à maneira dos elementos da tabela periódica de Mendeleiev, que, combinando-se entre si de modos inúmeros, produziram as variações do universo.

Estes módulos de reação, em geral invisíveis, mas não inativos, são como munições adormecidas no fundo da vivência humana, que sempre poderão atualizar-se e expandir-se em ato. Irão então romper o equilíbrio e surgir em desproporção, manifestando a anomalia. Eis como a insurreição da loucura se abriga em nós, coisa inatural, pe-

riférica, irrisória à primeira vista – e sem ela, contudo, não seríamos nós. Também em nós, por tanto, se esconde a linha limítrofe entre a normalidade assumida e a patologia denegada, linha incerta, oscilante e precária.

E, como comecei por falar-vos em monstros, convirá uma palavra ainda sobre o corpo. Estamos situados em posição arriscada e assimétrica no espaço e no tempo, e movemo-nos em função de quatro referências-chave: os esquemas espacial, temporal, corporal e cósmico. Condenamo-nos de facto a habitar o nosso corpo, a conviver com ele, a questioná-lo, a perscrutá-lo – ora como cúmplice do nosso pensar e do nosso sentir, ora como fatalidade que nos foi emprestada, mas pertence ao outro lado das coisas.

O fragmento de mundo que nos advém sob a forma de corpo, com o qual, dentro do qual crescemos, que transportamos e nos transporta pela vida, não deixa de nos intrigar, se o interrogarmos. Habitam-no o nosso sensorio e a nossa sensibilidade; guia-o a nossa vontade; movem-no os nossos projetos, ambições, desejos e medos. Parece estar ao nosso serviço, acompanha-nos da infância à morte, desde os tempos obscuros de uma até ao momento imprevisível da outra. Contudo, surpreende-nos com o porquê estranho da sua cumplicidade, que é veículo da nossa atitude no mundo. Conhecemo-lo a fundo, ao corpo? Longe disso. O seu contorno exterior, a imagem fantasiada dos órgãos e funções, os movimentos que animam gestos, posturas e mímicas e trazem a emoção ao discurso e à razão, todos estes planos da relação com o corpo nos são bastante obscuros e estranhos.

Olhamos o nosso reflexo ao espelho, prolongamos esse olhar, sondamos a imagem dos nossos olhos, e eis-nos de súbito perante um desconhecido, um ser ameaçador que nos é alheio e se fecha em alteridade, que nos envia um sinal de estranheza – e essa estranheza, que pode causar ou medo ou tédio, é aquilo a que Sartre chamou a náusea, a verdadeira heroína do seu famoso romance *La nausée*. Aí está o monstro, feito à nossa própria imagem. Vemo-nos filmados? Espantamo-nos dos nossos gestos. Ouvimos a nossa voz gravada? Desconfiamos de que seja assim que os outros nos ouvem. Olhamos fotos antigas? Pasmamos do nosso aspeto. Ao corpo que nos limita (no duplo sentido da palavra) e nos traduz, e também à palavra articulada ou escrita que ele permite, supomos confiar a nossa liberdade. E percebemos que é um mal-entendido.

Em psicopatologia, vários continentes que exprimem graus diferentes de anomalia e de desproporção se configuram. Na neurose, encontramos consequências do conflito do Homem consigo mesmo; na psicopatia, efeitos do seu conflito com o mundo; na psicose, uma insurgência do pensar e do sentir contra uma certa tirania da lógica e do *logos*. E, à semelhança dos Gregos que partiam do centro rumo à periferia do mundo, também através destes continentes da patologia psíquica encontramos paisagens e monstros cada vez mais alterados.

Neste ponto, um comentário. Um dos mal-entendidos históricos da psiquiatria advém de que, no dobrar do século XIX para o século XX, dois precisos contemporâneos que trabalhavam perto, um em Viena, o outro em Munique – Freud e Kraepelin – construíram modelos globais da patologia psiquiátrica: o primeiro *sine materia* e inspirado pela histeria; o outro de base lesional, fundado no exemplo da paralisia geral da sífilis. Modelos dotados ambos de largo fundamento clínico, persuasivos, coerentes internamente, mas onnipotentes e incomensuráveis, formando polos opostos do saber psiquiátrico.

Ora, embora os módulos da loucura se encontrem reunidos em nós como uma coleção de sementes não germinadas, a experiência do convívio com *o outro*, com o delirante que saiu da realidade, pode ser perturbadora. Conto-vos um fragmento de memória partilhado com vários colegas do meu curso médico, que algumas vezes me evocaram uma aula de Barahona Fernandes que eu também recordei, quando estávamos no 6.º ano da Faculdade de Medicina e frequentávamos a cadeira de Psiquiatria, no ano longínquo de 1963. Quase não havia psicofármacos. O professor tinha-nos convocado a um dos pavilhões do Hospital Júlio de Matos, cujo aspeto sombrio e desconfortável, num recanto daquele labirinto, já criava uma atmosfera inóspita.

Ao longo da aula, a gestos seus, o enfermeiro-chefe foi trazendo à sessão, sucessivamente: um doente esquizo-

frênico deteriorado, com estereotípias e em estado alucinatório intenso; um doente maniaco, com fuga de ideias e comportamento hipermetamorfótico; e um idiota alílico que soltava vocalizações inarticuladas. Com a sua mestria, Barahona lograva, em tempos alternados, ora estabelecer certa empatia com esses doentes (que nos pareciam incapazes de quaisquer compreensão e diálogo), ora virar-se para nós – para a fração do curso médico que conseguira ali chegar – e ensinar-nos a reconhecer aquelas síndromas e doenças, ilustrando o estar-no-mundo dos doentes com o comportamento que neles podíamos observar.

Foi como se tivéssemos viajado às terras perdidas dos Lestrigões e dos Lotófagos. Representou para todos uma experiência de alteridade, um confronto entre o que supúnhamos ser a normalidade, nas suas crenças e regras, e a mais radical patologia, em desvio definitivo da norma. Uns 15 anos mais tarde, quando era assistente da cadeira de Psiquiatria (ainda em anos da turbulência intelectual que se seguiu ao 25 de Abril, e que foi salutar), vieram a Lisboa alguns «antipsiquiatras» – David Cooper, Ronald Laing, Franco Basaglia. E uma tarde, quando lhe disse, a ele, Barahona Fernandes, que ia assistir a uma conferência do famoso Thomas Szasz, respondeu-me apenas: «Diga-lhe o que quiser menos que não há doença mental, porque já viu que há».

## Bibliografia

1. Eliade, M. *Le Sacré et le Profane*. Paris. nrf / Gallimard / idées. 1965.
2. Hesíodo. *Théogonie*, trad. Paul Mazon. Paris. Les Belles Lettres. Edição de 1967.
3. Lévi-Strauss, C. *Anthropologie Structurale*. Paris (Plon). 1958.
4. Clottes, J., Lewis-Williams, D. *Les Chamanes de la Préhistoire. Transe et Magie dans les Grottes Ornées*, Paris (Seuil). 1996.
5. Vieira, A. B. Grammatical Equivalents of Palaeolithic Tools. *Theory in Biosciences*. 2010. 129 (2-3): 203-210.
6. Thévenin, P. *Lettre à un Ami*, *Courrier du Centre International d'Études Poétiques* (Bruxelles). 1986. N.º 169.
7. La Rochefoucauld, F. *Maximes et Réflexions Diverses*. Paris. 1977. Garnier/Flammarion.